

**SECRETO**

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Dezembro

CONSELHO DE MINISTROSSÚMULA DA SESSÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros, à exceção do Ministro da Coordenação Interterritorial, que se fez substituir, no período da manhã, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Económicos, e no período da tarde, pelo Secretário de Estado da Administração; e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se fez substituir pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Esteve presente o Secretário de Estado da Comunicação Social. O Almirante Vitor Crespo veio ao Conselho, fazer uma exposição sobre a situação em Moçambique. O Prof. Sousa Franco também veio ao Conselho, para justificar as alterações introduzidas na Lei de Imprensa.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

I ANTES DA ORDEM DO DIA

1. O Ministro Vitor Alves informou o Conselho de que o ponto 2 - apreciação do programa económico-social - não estava em condições de ser discutido.
  
2. O Primeiro Ministro participou que escolhera para a pasta da Educação e Cultura um ministro militar - Tenente-Coronel Manuel Rodrigues de Carvalho, que, depois de falar com os Secretários de Estado, aceitara o cargo.  
Fundação Cuidar o Futuro  
Comunicou que a Prof<sup>a</sup> Maria de Lourdes Belchior pediu a exoneração por não concordar com a forma como está a ser feita a campanha de dinamização socio-cultural.  
Informou o Conselho de que, de acordo com os Secretários de Estado, resolveu reestruturar o Ministério, que passará a ter as seguintes Secretarias de Estado e Secretários de Estado:
  - Administração Escolar - Eng. Protes da Fonseca
  - Orientação Pedagógica - Dr. Rui Grácio
  - Ensino Superior e Investigação Científica - Dr. Avelãs Nunes
  - Cultura e Educação permanente - Dr. João de Freitas Branco
  - Desportos e Acção Social Escolar - Eng. Luis Casanova



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Acrescentou que o elenco constituído definirá a sua orientação e a submeterá a Conselho de Ministros.

3. O Ministro da Justiça pediu que a apreciação da súmula da reunião de 27 de Novembro e do projecto de Lei de imprensa passasse para o período da tarde, por não terem sido distribuídos mais cedo, e que os documentos a discutir em cada terça-feira fossem distribuídos o mais tardar até sábado anterior.
  4. Foi resolvido passar também para o período da tarde os restantes pontos da ordem do dia.
  5. O Ministro Álvaro Cunhal referiu-se aos de pedimentos verificados no Tramagal - Metalurgica Duarte Ferreira, e na Volkswagen. Tem informação de que esta empresa não está a produzir carros, apesar de haver interessados em comprá-los. Os trabalhadores denunciam jogos financeiros entre a Volkswagen e a Guérin e acusam constantemente determinado administrador. Parece, pois, tratar-se dum caso de sabotagem económica, para o qual chama a atenção do Conselho.
- Sobre este ponto o Ministro da Economia informou que o problema da Empresa Duarte Ferreira está a ser estudado. Disse não ter conhecimento oficial do que se passava quanto à Volkswagen, mas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

constou-lhe que essa e outras firmas têm na verdade problemas financeiros há bastante tempo.

Tendo em conta que a inspecção à contabilidade das firmas é da competência do Ministério das Finanças, propõe que no caso de o Ministro das Finanças estar de acordo fosse constituído um grupo de trabalho com elementos dos dois ministérios para análise destas situações.

6. Seguidamente o Ministro Álvaro Cunhal focou dois pontos relativos ao estreitamento das relações com a União Soviética.

## Fundação Cuidar o Futuro

6.1. O Secretário de Estado da Marinha Mercante informou-o de que era fácil estabelecer o acordo de navegação. Propõe, por isso, que se ja considerado para a mesma altura do acordo comercial, com intervenção da Marinha Mercante, da Secretaria de Estado da Marinha Mercante e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

6.2. O Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo informou-o de que não estava previsto que o Fundo de Fomento de Exportação acompanhasse a sequência do processo relativo ao convénio comercial iniciado, que prosseguiria, assim, com a intervenção exclusiva dos empresários interessados. Em seu entender, isso será altamente inconveniente, implicando o desperdício de todo o esforço já dispendido pelo Governo com vista à concretização do referido acordo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Chama, por isso, a atenção do Governo para este caso, salientando a importância de que o Fundo de Fomento de Exportação não deixe de acompanhar o processo até ao fim.

7. O Ministro Álvaro Cunhal informou ainda o Conselho de que na Companhia Carris de Ferro também há uma situação que pode evoluir desfavoravelmente, em virtude de ter sido concedido um aumento aos trabalhadores mais qualificados e ter constado que determinado indivíduo seria reconduzido à administração da empresa.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente ficou de averiguar estes factos, que desconhece.

O Ministro Álvaro Cunhal foi do parecer que estes factos, a não serem exatos, deverão ser objecto dum esclarecimento.

8. O Ministro da Economia informou o Conselho de que a comissão para o estudo da situação económica da Madeira já reuniu e está a preparar uma série de medidas que submeterá à aprovação do Governo.

O Ministro da Administração Interna propôs que os delegados do MESA na Madeira se deslocassem a Lisboa, para melhor informação da Comissão sobre a situação concreta em análise.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

9. O Secretário de Estado dos Assuntos Económicos do Ministério da Coordenação Interterritorial informou o Conselho de que já dispõe dos elementos relativos à determinação dos círculos eleitorais de Macau, Timor e S. Tomé e Príncipe.

10. O Ministro do Trabalho referiu-se à necessidade de resolver os problemas de desemprego já existentes e evitar o seu previsível agravamento.

Entende que é preciso ter em conta as presumíveis intenções de um sector significativo do capital a este respeito. E como a Terralta está na base do problema de muitas outras empresas, propôs que se nomeasse já para a Terralta uma administração paralela, que faria a gestão do pessoal. O Estado teria a possibilidade de recuperar as importâncias entretanto dispendidas, quando a empresa fosse reconvertida ou como credor preferencial em processo de falência. Crê que uma ou duas empresas públicas da construção civil poderiam absorver o pessoal excedente de outras empresas.

Dada a ineficácia da legislação em vigor para contrariar a presente situação, insistiu pela rápida aprovação do projecto sobre despedimentos colectivos ao qual as partes interessadas já deram o seu acordo.

E apontou a necessidade de se regulamentar o diploma relativo à intervenção do Estado nas empresas privadas, para o que apresentou uma proposta.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

No longo debate que se seguiu intervieram:

- O Ministro da Economia
- o Ministro da Justiça
- o Ministro Magalhães Mota
- a Ministra dos Assuntos Sociais
- O Ministro Álvaro Cunhal
- o Ministro Vitor Alves
- o Ministro das Finanças
- o Primeiro Ministro
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

O Ministro da Economia informou que está neste momento uma inspecção na Torralta. Reconhece que o processo é demorado mas necessário para evitar que o Estado assuma responsabilidades tal vultosas de ânimo leve. Acha que devem apresentar-se queixas à policia judiciária, quando for caso disso. E que não se deve esquecer que a crise não existe só em Portugal.

O Ministro Magalhães Mota colocou o problema de fundo de saber se interessará ajudar a manter um tipo de actividade como o da Torralta.

O Ministro da Justiça, entendendo que o Estado não pode assumir responsabilidades em bloco, mas achando bem que as assuma pelo pagamento aos trabalhadores, sugeriu a nomeação para a Torralta de um administrador do tipo cautelar.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Por outro lado disse entender que nas medidas a tomar se deve dar prioridade às pequenas empresas que empregam a grande maioria dos trabalhadores.

Afirmou que a justiça actuará na medida em que seja chamada a fazê-lo.

Propôs que se constituísse uma comissão com representantes dos Ministérios interessados, de formações diversas, que centralizassem todos os inquéritos para os resolver com uniformidade.

Por último salientou que não se deve esquecer que a resolução destes problemas implica a prévia definição pelo Governo de uma política económica geral.

## Fundação Cuidar o Futuro

A Ministra dos Assuntos Sociais, tendo em conta as observações dos Ministros Magalhães Mota e da Justiça, disse também achar que os problemas devem ser estudados em conjunto, por administradores abalizados que apresentem ao Governo o resultado do seu trabalho, e decididos completa e exemplarmente.

O Ministro Álvaro Cunhal analisou a situação, referiu como factores agravantes a proximidade do Natal e das eleições, e como condição sine qua non da manutenção do curso democrático uma urgente tomada de medidas e a sua divulgação sem a qual será o Governo quem aparece perante a opinião pública como responsável.

Admite que se aceitem empréstimos estrangeiros, como aquele a que adiante se faz referência, para obras rentáveis. Mas para obras sociais, parece-lhe que não são convenientes, por tornarem a economia deficitária e dependente.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsíd. do Primeiro Ministro*

O Ministro Vitor Alves propôs que se escolhesse um pequeno número de casos mais fáceis de resolver e se procedesse quanto a eles rápida e exemplarmente.

Por último, ficou de pensar na constituição da comissão proposta pelo Ministro da Justiça.

O Ministro das Finanças deu notícia de tres inquéritos em curso - Sociedade Financeira, Fundação de Ceiras e BIP.

O Primeiro Ministro disse entender que deve ser recomendada celeridade às comissões existentes no sentido de se dar seguimento à proposta do Ministro Vitor Alves.

Quanto à criação da comissão proposta pelo Ministro da Justiça lembra que Fidel Castro criou um Ministério para o apuramento destes problemas. E salientou que, embora se deva entrar com todos os elementos referidos em análise se deve ter bem presente que o problema prioritário é o do desemprego.

O Ministro das Finanças disse entender que a proposta de regulamentação apresentada pelo Ministro do Trabalho não podia ser aprovada sem um estudo prévio. Acha que a administração paralela não funciona, porque a empresa é um todo e que não há capacidade de gestão para todas as empresas em causa.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou o Conselho de duas propostas que lhe foram apresentadas relativamente à construção civil: uma de sindicatos alemães para financiamento de habitação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

ções sociais; outra, de um conjunto de empresas nacionais da construção civil, para construções em terreno próprio, com financiamento se necessário. Uma refere-se precisamente a pequenos construtores. Uma e outra põem como única condição a garantia da colocação do produto. Informou que a ICESA está disposta a ir para outro tipo de construção e a limitar os seus lucros.

Não concorda com empresas públicas de construção civil por administração directa.

Terminada a discussão deste ponto, o Conselho deliberou:

- que seja constituída, para rápida e uniforme resolução de inquéritos, a comissão que o Ministro da Justiça propôs;
- que seja elaborado o diploma que prevê a intervenção do Estado nas empresas, com base na proposta apresentada pelo Ministro do Trabalho;
- que seja estudado o problema da aceitação do empréstimo estrangeiro referido pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente;
- que seja nomeado um delegado do Governo na Torralta;
- que o Primeiro Ministro nomeie delegados do Governo junto da AC, sob proposta dos Ministros da Economia e Finanças.
- que a AC termine as obras em curso e passe depois a exercer outras actividades.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

11. O Ministro da Administração Interna propôs que o recenseamento oficial do pessoal constante das relações das Caixas de Previdência seja considerado secundário, dado que o elevado número dessa pessoa torna tal recenseamento praticamente inexequível e que o facto de se tratar de um expediente meramente confirmativo de recenseamento obrigatório de todos os cidadãos reduz o seu interesse prático.

O Ministro Álvaro Cunhal previu determinadas situações complicadas que podem vir a verificar-se.

O Ministro da Administração Interna assegurou vigilância sobre o processo.

Fundação Cuidar o Futuro

12. O Ministro da Administração Interna levantou o problema das festas de Natal nos Ministérios, criticando vários aspectos que essas festas assumiam antes do 25 de Abril, no que foi acompanhado pela Ministra dos Assuntos Sociais. Ambos entenderam que este ano só deveriam realizar-se por iniciativa dos interessados e a expensas suas, o que o Ministro da Economia apoiou, dadas as assimetrias que se verificavam entre os vários Ministérios.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente e o Secretário de Estado da Comunicação Social informaram ter já autorizado e concedido verbas para as festas dos seus departamentos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal não concorda com a quebra brusca de tradições, achando que deve até incentivar-se a realização de festas de Natal e Ano Novo com o novo espírito de confraternização e alegria que a situação actual permite, no que foi acompanhado pelo Primeiro Ministro que acrescentou deverem essas festas manter-se dentro dos limites impostos pela austeridade, ganhando em humanidade e perdendo em mundanismo.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros achou que seria prudente consultar as comissões sindicais e associar mais às festas os membros do Governo.

Sob proposta do Ministro Vitor Alves, o Conselho deliberou que os Ministérios da Administração Interna e dos Assuntos Sociais apresentassem sobre este assunto uma proposta urgente.

13. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros informou o Conselho dos problemas que o encarregado de negócios da Guiné-Bissau tem para solucionar:
- instalação da embaixada da Guiné, que pretende num dos bairros tradicionais para as outras embaixadas, dos quais referiu a Lapa e o Restelo;
  - automóvel que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não tem;
  - segurança pessoal para si e para o Secretário;
  - inquérito e tomada de medidas relativamente a actividades políticas contra a Guiné-Bissau exercidas pela FLING em território português.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O assunto foi debatido e vai procurar-se chegar às soluções desejadas.

14. O Ministro das Finanças propôs a nomeação do Dr. José Manuel Sampaio Cabral para administrador da Sociedade Financeira, o que o Conselho aprovou.

15. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente salientou a diferença de vencimentos entre administradores, de sentido inverso ao da importância das respectivas empresas.

Pensa que deve haver uma norma, com o que o Ministro das Finanças concordou.

O Ministro Vitor Alves propôs que aqueles dois Ministros procedam a um acerto, o que o Conselho aprovou.

O Ministro Álvaro Cunhal disse, a propósito, ter informação de que a Carris deu aumento a Administradores, provocando assim naturais reivindicações.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, que não tinha conhecimento desse facto, ficou de o averiguar e trazer ao Conselho a respectiva informação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

16. Exposição do Almirante Vitor Crespo sobre a situação em Moçambique.

O Comandante Vitor Crespo começou por dar uma imagem da Frelimo - cerca de 30 indivíduos com formação superior, fracos quadros médios, cerca de 8 000 militantes de base, boa formação política.

A Frelimo tem conseguido uma boa implantação nas massas de Moçambique, não contestada por outras massas africanas.

A actividade reaccionária vem de grupos isolados.

Tem-se notado em Moçambique ineficácia política-administrativa, pois há largos domínios em que a Frelimo não tem indivíduos preparados e os funcionários portugueses davam pouca colaboração. A situação está melhor.

Quanto à maneira de encarar a economia do País, a Frelimo contava para o empenho da população com uma guerra que afinal acabou mais cedo do que se previa. Tem dificuldade de adaptar a sua linha ideológica às condições reais da sociedade de Moçambique. Mas está disposta a manter a situação existente enquanto for necessário.

Houve a natural inadaptação à sociedade de consumo dos homens habituados à guerrilha, e à consequente reacção dos homens da cidade a essa inadaptação. A situação está melhor.

Quanto às relações económicas com o exterior, tem muito cuidado em evitar o neocolonialismo. Muito cuidado com as relações com a Rússia e a China, menos com os Estados Unidos. Sabe que Portugal é pouco poderoso para impor uma política neocolonialista. Pretende estabelecer



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

boas relações com os países da Europa Oriental.

Quanto à situação económico-financeira de Moçambique, o sector dos serviços está normalizado, o sector da agricultura também, embora precise de crescer, os sectores do comércio e de indústria foram fortemente afectados na zona de Lourenço Marques e estão em crise. A balança de pagamentos é deficitária mas pode melhorar. Moçambique sabe que não temos possibilidades financeiras. Mas podemos empenhar-nos como intermediários. Sob o aspecto social, todas as estruturas da vida de Moçambique estavam apoiadas nos Europeus.

A Frelimo tem pois interesse em os manter em África. E a nossa política deve estimular a sua permanência.

Eles sentem sobretudo os problemas da segurança, que está garantida por três meses e, para futuro, terá de ser adaptada às condições que existirem.

É altura de encetar acordos em vários domínios.

Há tendência para pedir a Portugal apoio técnico-militar, o que poderá permitir que mantenhamos forças em Moçambique para além da independência, com vantagem para a segurança dos portugueses que lá continuam.

Terminada a exposição, estabeleceu-se um debate em que intervieram:

- o Ministro Vitor Alves
- o Ministro dos Assuntos Sociais
- o Ministro Melo Antunes



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- o Secretário de Estado da Administração
- o Ministro Álvaro Cunhal
- o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- o Secretário de Estado da Comunicação Social
- o Ministro da Economia
- o Primeiro Ministro

O Almirante Vitor Crespo emitiu ainda a opinião de que não deve ser o Ministério da Coordenação Interterritorial a preocupar-se com os problemas da descolonização, mas o Governo português como um todo e pelos vários departamentos do Estado nos domínios de cada sector, até porque todos os territórios têm um Alto-Comissário, representante do Governo.

O Secretário de Estado da Administração disse recear que os problemas se diluíssem nos vários Ministérios, passando a um plano inferior àquele que deveriam ter.

Quanto ao mais concordou.

Defendida a ideia de que os contactos entre Portugal e Moçambique deverão ser estabelecidos ao nível de Comissões, dado que os Governos estão muito sobrecarregados, foi referida a existência da Comissão de Descolonização, que o Almirante Vitor Crespo acha bem que se ocupe dos assuntos políticos de cúpula, até à obtenção de uma linha política geral, sendo os assuntos a seguir da competência do Governo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

No entender do Almirante Vitor Crespo, o Governo português deverá nomear comissões que estabeleçam as políticas em cada sector, com o apoio de vários grupos, por assuntos, cujo trabalho coordenarão. O Governo de Moçambique nomeará as suas comissões.

As comissões de Moçambique apresentariam as propostas e tomariam as decisões. As nossas dariam o apoio técnico.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente pôs a hipótese de a Academia Militar receber moçambicanos, como forma de apoio técnico-militar, o que o Almirante Victor Crespo e o Ministro Melo Antunes afirmaram não estar no espírito da Frelimo e manifestou as suas preocupações relativamente aos investimentos, que o Almirante Vitor Crespo julga que poderão ser repatriados.

O Ministro Melo Antunes referiu que para o estabelecimento do apoio económico e financeiro já estava criada uma comissão que iniciará os seus trabalhos antes de Abril.

O Ministro da Economia pensa que em prazo curto será possível mandar a Moçambique um grupo que constituirá de acordo com o Ministro das Finanças para que trabalhe em face da realidade que encontrar.

Em várias intervenções foi salientado o apreço pela exposição do Almirante Vitor Crespo, pelo esforço que tem desenvolvido no escrupuloso cumprimento do acordo de Lusaka, e pelo seu valor.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

II

ORDEM DO DIA

1. Apreciação da súmula da reunião de 26 de Novembro.

Foram introduzidas as alterações adiante indicadas.

- a. A intervenção do Ministro da Administração Interna a folhas 9, passa a ter a seguinte redacção:

"Apoio e impedimento da ocupação de cadeiras da Universidade por pessoas que as não aproveitam em prejuizo de outras que as desejam".

- b. No fim do primeiro parágrafo do ponto 1 a folhas 27, em vez de "vários serviços" deve ler-se "vários Ministérios".

- c. Para precisar a intervenção do Ministro Magalhães Mota acerca da referência do Ministro da Justiça a um programa autonomista do PPD para os Açores, há que introduzir no ponto 6, folhas 30, o seguinte texto:

"O Ministro Magalhães Mota referiu que o programa do PPD foi aprovado no Congresso no último fim de semana, como é do conhecimento público, pelo que qualquer programa anterior e do grupo dos Açores se encontra ultrapassado.

O Programa do Partido prevê estatutos próprios para a Madeira e Açores com grande autonomia.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsecretaria de Primeiro Ministro*

O problema da autonomia, que é indispensável, nada tem porém a ver com a independência e não deve ser com ela confundido".

2. O Prof Sousa Franco veio ao Conselho para justificar as alterações do projecto de lei de imprensa relativamente ao anterior. Dizendo referir-se apenas às alterações mais importantes, não meramente formais, informou:
- a. que na conjugação do artº 7º com o artº 56º se reforçou mais fortemente o principio da nacionalização do capital das empresas jornalísticas e noticiosas com ressalva para as situações adquiridas.
  - b. que se remodelou profundamente o capº II, eliminando-se a necessidade de de profissionalização como jornalista há pelo menos 5 anos porque se alterou todo o processo de designação do director.  
Seguiu-se o sentido das críticas públicas e da orientação dada pelo Governo.  
Quanto aos poderes dos órgãos da redacção, as alterações são mais de ordem formal.
  - c. Na parte penal introduziram-se disposições que faltavam, explicitações e reformulou-se o elenco das penas talvez ainda de forma benigna.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subselli do Primeiro Ministro*

- d. Na parte processual, praticamente, introduziram-se apenas correções formais que tendem a articular melhor, com vista à celeridade. Entendeu-se que a atribuição do efeito meramente devolutivo ao recurso do despacho de pronúncia poderia conduzir a situações anormais, quando este viesse a ser revogado e entretanto já houvesse sentença condenatória, ou quando se realizasse um julgamento que, em virtude de decisão do tribunal superior, não se deveria realizar.
- e. Nas disposições finais estabeleceu-se novo regime de depósito legal - artº 62º combinado com o artº 72º - que pretende torná-lo mais preciso e mais ao serviço do público, determinando-se a publicação de um regulamento e precisando-se melhor o seu conteúdo e o regime transitório até à respectiva entrada em vigor.

Incluíram-se os artºs 66º e 67º, enunciando-se neste os princípios relativos à cooperação internacional.

O Prof. Sousa Franco respondeu seguidamente a perguntas de vários membros do Governo. Disse que as reacções das várias correntes da opinião pública foram favoráveis, à excepção de três ou quatro pontos - estrutura da empresa jornalística, definição da linha anti-monopolista e maior democratização da direcção.

Informou que o artº 15º foi muito discutido, como entorse à liberdade de Imprensa que não existia na Monarquia nem na 1ª República. Em todo o caso, a Comissão deliberou manter o preceito, para que o Governo tenha acesso em termos diferentes dos do simples direito de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

resposta e para responder a imperativos que parecem existir ainda. Quanto à frase citada, é uma limitação programática. Em princípio o Governo só utilizará notas officiosas em assuntos de evidente interesse Nacional. Mas entendeu-se que o jornal devia ter direito a levantar o problema.

Justificou a exclusão do artº 11º do número de exemplares, porque a Comissão achou que devia restringir as menções obrigatórias para evitar que a publicidade caísse facilmente nas punições existentes para a publicidade clandestina.

Explicou que no nº 6 do artº 10º, como no nº1 do artº 17º, foi usada rigidamente a terminologia do programa. E que, por outro lado, o preceito procurou responder a uma crítica anteriormente formulada.

A comissão sujeitou à aprovação do Governo, que pode ser tácita, o regulamento do estatuto do jornalista (nº2 do artº 61º). Mas própria-mente quanto ao estatuto, resolveu-se formular o princípio por esta forma, dado tratar-se do regime de acesso a uma profissão, isto é, de um limite importante a um direito fundamental.

Porque a documentação relativa à lei de imprensa foi distribuída muito tarde, o Conselho deliberou aprovar o projecto na generalidade e passar para a próxima reunião a discussão dos pontos aos quais haja objecções.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

3. O projecto do decreto-lei que extingue o Commissariado do Desemprego e cria no Ministério do Trabalho o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego foi posto à apreciação na versão resultante da reunião em que tomaram parte o Primeiro Ministro e os Ministros do Trabalho, das Finanças, da Economia e dos Assuntos Sociais.

Foram referidas as alterações aos arts 7º e 10º do anterior projecto.

O Ministro Magalhães Mota pôs uma objecção na generalidade; a colocação do Fundo num único Ministério parece-lhe politicamente inconveniente e incontrolável em termos de gestão.

Politicamente, acha que só o tratamento em termos de segurança pessoal dos desempregados enquanto nesta situação - aspecto conjuntural, deve competir ao Ministro do Trabalho. A criação de postos de trabalho em geral, contemplando quer a população que já esteve empregada quer a que ascende ao mercado de trabalho, aspecto ligado ao desenvolvimento económico, pertence ao campo de actuação de todo o Governo.

Em termos de gestão, acha que a solução proposta transforma o Ministério do Trabalho numa superestrutura que contraria frontalmente não só uma gestão colegial do Governo, como a própria repartição das tarefas dos vários Ministérios, com duplicações e confrontações constantes.

O Ministro do Trabalho acha que os meios que o projecto atribui a este Ministério são os mínimos para a intervenção em crises de desemprego. Não pretende interferir com a competência dos outros Ministérios. Entende é que os vários Ministérios devem ter sempre em carteiros objectos que permitam, em qualquer altura, resolver crises que surjam.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

quer sector de actividade.

Ailás, o fundo será gerido por uma comissão interministerial.

Acha que efectivamente, em situações normais, a competência do Governo através de uma política concertada com a Secretária de Estado do Emprego, canalizaria a mão de obra para os sectores onde isso fosse mais conveniente. Mas as actuais crises não se compadecem com qualquer planeamento.

Os Ministros Vitor Alves e da Justiça perguntaram se os Ministros intervenientes na reunião estão de acordo.

## Fundação Cuidar o Futuro

A Ministra dos Assuntos Sociais disse tratar-se dum compromisso que, pela sua parte, se situa a nível técnico, pois considera inadequada a colocação num Ministério de fundos que deviam estar no Orçamento Geral dos Estado.

O Ministro das Finanças disse que havia dantes muitas coisas que eram abusivamente pagas pelo Fundo de Desemprego. Agora vão surgir problemas a propósito da elaboração do orçamento do próximo ano. Será preciso arranjar certa compensação noutras rubricas. Algumas obras passarão a ser financiadas através desta verba. E como o desemprego vai ser generalizado, vai tentar-se fazer a possível conciliação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que durante muitos anos as verbas do Fundo do Desemprego tinham destinos inadequados.

A actual política é uma política de compromisso constante, entre pessoas que *vêm* as coisas de maneira diferente mas procuram entender-se para atingir um objectivo comum.

Este é apenas mais um caso de compromisso especialmente grave pelas suas implicações financeiras.

Sob proposta do Ministro Vitor Alves, o diploma foi aprovado na relação apresentada pelos Ministros interessados.

4. A apreciação do projecto de decreto-Lei que cria um subsídio de desemprego foi adiada a pedido dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
5. Quanto aos projectos das leis orgânicas da Secretaria de Estado do Emprego e do Ministério do Trabalho, o Ministro Magalhães Mota, tendo em conta que os pontos em aberto dependiam dos do Fundo, propôs que o Conselho delegasse no Ministro do Trabalho as alterações a fazer e o que o Conselho aprovou.
6. Quanto ao projecto de decreto-lei que visa substituir o decreto-lei nº 277/74 de 25 de Junho.

O Ministro Melo Antunes informou que a Comissão Interministerial



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsídios do Primeiro Ministro*

volta a ter a responsabilidade de apreciação de todos os processos. A Comissão não gostou, porque se sente sobrecarregada.

O argumento do aumento de meios não a satisfaz, por insuficiente, dado que as decisões são tomadas colegialmente.

A disposição relativa aos magistrados foi incluída de acordo com a proposta do Ministro da Justiça.

Foi acrescentado um artigo que estende o saneamento a outros funcionários.

O Ministro da Justiça acha bem mas recebeu o Diário do Governo com a Lei das ineligibilidades, na qual o Conselho de Estado, relativamente aos juizes dos tribunais plenários, restringiu a ineligibilidade ao presidente. E deste modo a sua proposta caiu pela base.

Acha que a melhor solução é o decreto ficar como estava na sua fase final, com inclusão de uma disposição que estabeleça que os juizes dos tribunais plenários ficam suspensos automaticamente, redigida por ele próprio e pelos Ministros da Administração Interna, Melo Antunes e Primeiro Ministro.

Quanto ao Presidente da Comissão Interministerial, propõe que se introduza uma disposição que lhe atribua mero voto de qualidade.

Propõe ainda que o Conselho delegue no Ministro da Administração Interna a alteração da parte relativa aos funcionários públicos.

O Ministro Magalhães Mota chama a atenção do Conselho para as consequências que adviriam da inclusão neste diploma de uma disposição (artº 7º nº1) que reproduz textualmente uma disposição de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

decreto-lei nº 277/74, que já operou.

O diploma foi aprovado na generalidade.

Os Ministros mais directamente interessados dar-lhe-ão a redacção final.

7. O Ministro Vitor Alves informou que o projecto de decreto-lei relativo a contratos de campanha estava em circulação durante cinco dias desde a véspera e, se não houvesse objecções até ao fim desse período, se consideraria aprovado.

Dada a urgência de que o diploma se reveste, o Conselho deliberou que o projecto circulasse apenas até ao fim do dia seguinte, considerando-se aprovado se até lá não fossem apresentadas objecções.

8. O Ministro da Economia informou ainda que se iniciou o estudo da revisão de preços dos jornais diários.

O sindicato dos jornalistas pronuncia-se pelo aumento, aduzindo que os prejuizos resultam de má gestão das empresas.

Com base nos elementos fornecidos pelas empresas, haveria razão para a revisão, com propostas de aumento entre \$41 e 1\$89, entrando em linha de conta com as alterações de tiragem.

Não foi possível apurar os argumentos do sindicato.

Pode entregar os dados ao Ministro Vitor Alves e ao Secretário de Estado da Comunicação Social, não obstante o Secretário de Estado do Abastecimento e Preços se propor prosseguir no trabalho de análise.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete de Primeiro Ministro*

O Ministro das Finanças acha que se deve tributar a publicidade em geral pesadamente, porque normalmente ela não se faz para os produtos essenciais e se faz para os produtos importados. O aumento dos jornais deve ser conciliado com a tributação da publicidade.

O Ministro da Economia salienta que a publicidade sustenta em grande parte os jornais.

O Ministro da Administração Interna acha que se deve diminuir ou pelo menos não aumentar a tributação da publicidade nos jornais porque é a maior fonte de receita destes.

Podia era aumentar-se a tributação da publicidade avulsa.

O Ministro Álvaro Cunhal salienta que o aumento subitito dos jornais é um aumento de custo de vida.

Se em vez de aumentar o número de páginas o reduzissem, os jornais teriam mais defesa. Por outro lado nem todos têm muita publicidade.

O Primeiro Ministro pergunta se um director de um jornal não deveria trabalhar em tempo inteiro. Julga que se trata dum cargo que implica muita responsabilidade e competência profissional.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal disse que na prática os directores não têm qualquer intervenção. Às vezes não são mais que um nome.

O Primeiro Ministro sugeriu que os técnicos de Economia estudassem também o aspecto da redução de páginas.

O Ministro da Economia referiu outros factores a ter em conta.

Terminada a discussão, o Ministro Vitor Alves recordou que a próxima reunião se realiza no próximo dia 10.

Fundação Cuidar o Futuro